

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
891.647 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S)	: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS AMORIM
ADV.(A/S)	: MARIA ELIZABETH QUEIJO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: CARMEN DA COSTA BARROS
EMBDO.(A/S)	: MERVAL SOARES PEREIRA FILHO
ADV.(A/S)	: PAULO FREITAS RIBEIRO E OUTRO(A/S)

E M E N T A: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO – CARÁTER INFRINGENTE E PROTELATÓRIO – PRETENDIDO REEXAME DA CAUSA – INADMISSIBILIDADE – PRONTO CUMPRIMENTO DO JULGADO DESTA SUPREMA CORTE, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO, PARA EFEITO DE IMEDIATA EXECUÇÃO DAS DECISÕES EMANADAS DE ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS ESTADUAIS (JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E COLÉGIO RECURSAL) – POSSIBILIDADE DA ADOÇÃO DESSA PROVIDÊNCIA, AINDA QUE SE TRATE DE MATÉRIA PENAL – PRECEDENTES – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUANDO, OPOSTOS COM CARÁTER INFRINGENTE, APRESENTAM-SE DESTITUÍDOS DE CAUSA LEGÍTIMA.

– **Não se revelam cabíveis os embargos de declaração, quando a parte recorrente – a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição – vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa. Precedentes.**

ARE 891647 AGR-ED / SP

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – UTILIZAÇÃO PROCRASTINATÓRIA – EXECUÇÃO IMEDIATA DO JULGADO – POSSIBILIDADE.

– **A oposição** de embargos de declaração, **sem** que se registre **qualquer dos pressupostos legais de embargabilidade** (CPP, art. 620), **reveste-se de caráter abusivo e evidencia** o intuito protelatório que anima a conduta processual da parte recorrente.

– **O propósito de impedir a consumação** do trânsito em julgado de decisão *que foi desfavorável* ao embargante – **valendo-se** este, *para tal efeito*, da utilização **protelatória** de embargos de declaração **evidentemente incabíveis** – **constitui** fim *que desqualifica* o comportamento processual da parte recorrente **e que autoriza, em consequência, o imediato cumprimento** da decisão emanada **desta** Suprema Corte, **independentemente** da *prévia publicação* do acórdão consubstanciador do respectivo julgamento, **tornando exequíveis**, *desde logo*, as condenações criminais **proferidas** em instância de inferior jurisdição. **Precedentes.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, sob a Presidência do Ministro Dias Toffoli, **na conformidade** da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em rejeitar** os embargos de declaração, **considerado** o seu caráter procrastinatório, **e**, tendo em vista os julgamentos efetuados **nesta** Corte (fls. 674/698 e 716/748), **determinar a devolução** dos presentes autos ao Juízo de origem **para imediata execução** das decisões proferidas pelo Juizado Especial Criminal da Barra Funda, comarca de São Paulo/SP (fls. 378/387), e pelo Colégio Recursal Central da comarca de São Paulo/SP (fls. 519/525 e 536/537), **independentemente** da *prévia publicação* do acórdão pertinente ao

ARE 891647 AGR-ED / SP

presente julgamento, **transmitindo-se**, também, com urgência, **comunicação** desta deliberação aos órgãos judiciários estaduais ora referidos, **em ordem a propiciar** a pronta efetivação executória das decisões por eles proferidas, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

CELSO DE MELLO – RELATOR

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
891.647 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S)	: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS AMORIM
ADV.(A/S)	: MARIA ELIZABETH QUEIJO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: CARMEN DA COSTA BARROS
EMBDO.(A/S)	: MERVAL SOARES PEREIRA FILHO
ADV.(A/S)	: PAULO FREITAS RIBEIRO E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se de embargos de declaração opostos a decisão que, emanada desta colenda Turma, restou consubstanciada em acórdão assim ementado (fls. 716/717):

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO – QUEIXA-CRIME – CONDENAÇÃO PENAL IMPOSTA A JORNALISTA – DELITO DE INJÚRIA (CP, ART. 140) – RECONHECIMENTO, NO CASO, PELO COLÉGIO RECURSAL, DA OCORRÊNCIA DE ABUSO NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE OPINIÃO – DECISÃO DO COLÉGIO RECURAL QUE SE APOIOU, PARA TANTO, EM ELEMENTOS DE PROVA (INCLUSIVE NO QUE CONCERNE À AUTORIA DO FATO DEITUOSO) PRODUZIDOS NO PROCESSO PENAL DE CONHECIMENTO – PRETENDIDA REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DEPENDENTE DE EXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA, INSUSCETÍVEL DE ANÁLISE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO (SÚMULA 279/STF) – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.”

ARE 891647 AGR-ED / SP

– O direito à livre manifestação do pensamento, embora reconhecido e assegurado em sede constitucional, não se reveste de caráter absoluto nem ilimitado, expondo-se, por isso mesmo, às restrições que emergem do próprio texto da Constituição, destacando-se, entre essas, aquela que consagra a intangibilidade do patrimônio moral de terceiros, que compreende a preservação do direito à honra e o respeito à integridade da reputação pessoal.

– A Constituição da República não protege nem ampara opiniões, escritos ou palavras cuja exteriorização ou divulgação configure hipótese de ilicitude penal, tal como sucede nas situações que caracterizem crimes contra a honra (calúnia, difamação e/ou injúria), pois a liberdade de expressão não traduz franquia constitucional que autorize o exercício abusivo desse direito fundamental. Doutrina. Precedentes.

– O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o apelo extremo, deve fazê-lo com estrita observância do conjunto probatório e da situação fática, tais como reconhecidos, soberanamente (RTJ 152/612 – RTJ 153/1019 – RTJ 158/693, v.g.), inclusive quanto à autoria do fato delituoso, pelo órgão judiciário ‘a quo’, a significar que o quadro fático-probatório pautará, delimitando-a, a atividade jurisdicional da Corte Suprema em sede recursal extraordinária. Precedentes. Súmula 279/STF.”

Inconformada com esse ato decisório, e sustentando a ocorrência dos vícios a que se refere o art. 620 do CPP, a parte ora embargante – renovando os mesmos fundamentos por ela anteriormente invocados – interpõe o presente recurso com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, provocar o consequente reexame da causa (fls. 759/761).

É o relatório.

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
891.647 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): **Rejeito** os presentes embargos de declaração, **eis que não há**, no acórdão ora impugnado, **qualquer** evidência de obscuridade, omissão ou contradição a sanar, **circunstância essa que torna processualmente inviável** o recurso em exame.

Como se sabe, os embargos de declaração **destinam-se**, *precipualemente*, **a desfazer** obscuridades, **a afastar** contradições **e a suprir** omissões que *eventualmente* se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. Essa modalidade recursal **só permite** o reexame do acórdão embargado, **quando utilizada** com o **específico** objetivo de viabilizar um pronunciamento jurisdicional **de caráter integrativo-retificador, vocacionado a afastar** as situações de obscuridade, omissão ou contradição, **e a complementar e esclarecer** o conteúdo da decisão proferida.

Desse modo, a decisão recorrida – **que aprecia, como no caso, com plena exatidão e em toda a sua inteireza**, determinada pretensão jurídica – **não permite** o emprego da via recursal dos embargos de declaração, **sob pena de grave disfunção jurídico-processual** dessa modalidade de recurso, **eis que incorrentes**, em tal situação, os pressupostos **que justificariam** a sua adequada utilização.

Cumprе enfatizar, de outro lado, **que não se revelam cabíveis** os embargos de declaração, **quando** a parte recorrente – **a pretexto** de esclarecer **uma inexistente situação** de obscuridade, omissão ou contradição – **vem a utilizá-los** com o objetivo **de infringir** o julgado e

ARE 891647 AGR-ED / SP

de, *assim*, **viabilizar um indevido reexame** da causa (**RTJ 191/694-695**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

É por tal razão que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao versar os aspectos ora mencionados, assim se tem pronunciado:

“Embargos declaratórios. Inexistência de omissão, contradição, obscuridade ou dúvida, no acórdão embargado (art. 337 do RISTF).

Embargos rejeitados.

O que pretenderam os embargantes foi sustentar o desacerto do julgado e obter sua desconstituição. A isso não se prestam, porém, os embargos declaratórios.”

(RTJ 134/1296, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – grifei)

“– A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem ressaltado que os embargos de declaração não se revelam cabíveis, quando, utilizados com a finalidade de sustentar a incorreção do acórdão, objetivam, na realidade, a própria desconstituição do ato decisório proferido pelo Tribunal. Precedentes: RTJ 114/885 – RTJ 116/1106 – RTJ 118/714 – RTJ 134/1296.”

(AI 153.147-AGR-ED/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“– O recurso de embargos de declaração não tem cabimento, quando, a pretexto de esclarecer uma incorrente situação de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão, vem a ser utilizado com o objetivo de infringir o julgado.”

(RE 177.599-ED/DE, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“Embargos declaratórios só se destinam a possibilitar a eliminação de obscuridade (...), contradição ou omissão do acórdão embargado (art. 337 do RISTF), não o reconhecimento de erro de julgamento.

E como, no caso, é esse reconhecimento que neles se reclama, com a conseqüente reforma do acórdão, ficam eles rejeitados.”

(RTJ 134/836, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – grifei)

ARE 891647 AGR-ED / SP

O exame dos autos evidencia que os presentes embargos declaratórios **revestem-se de nítido caráter infringente, consideradas** as razões expostas **pela própria** parte embargante, **circunstância** essa que, **por si só**, basta para tornar **inadmissível a espécie recursal** ora em análise, **consoante adverte** o magistério jurisprudencial desta Corte.

Daí o fundamentado parecer do Ministério Público Federal que, **atuando** na causa **em sua condição** de “custos legis” **e examinando a pretensão recursal do ora embargante, entendeu-a totalmente descabida, fazendo-o** em pronunciamento **da lavra** da ilustre Subprocuradora-Geral da República Dra. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES, **que opinou pela rejeição** dos presentes embargos de declaração **nos seguintes termos** (fls. 769/771):

“1. Afirma o embargante que o acórdão embargado incorreu em omissão, pois não apreciou a questão suscitada no recurso extraordinário, relativa à imposição de pena mais gravosa das penas previstas para o crime de injúria em detrimento da pena pecuniária, que é alternativa, cuja aplicação se impunha no caso.

2. ‘Data venia’, os embargos são manifestamente descabidos, qualificando-se como protelatórios, em razão da sua manifesta inadmissibilidade.

3. O acórdão impugnado não incorreu em omissão relativamente ao tema. No recurso extraordinário afirmou o embargante que ‘ao condenar o recorrente a mais gravosa das penas previstas para o crime de injúria – aquela privativa de liberdade – em detrimento da pena pecuniária, cuja aplicação se impunha pelos fundamentos do próprio acórdão recorrido, novamente infringiu-se um dos pilares da liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, discriminando-se a atividade do jornalista’ (fls. 547).

4. Ao julgar o agravo, essa Suprema Corte decidiu, no âmbito de análise que lhe é permitido em sede de recurso extraordinário, confirmar a decisão que não admitiu o recurso extraordinário ao argumento de que ‘a pretensão ora deduzida pela

ARE 891647 AGR-ED / SP

parte agravante revela-se processualmente inviável, pois o apelo extremo, como assinalado, não permite que nele se reexaminem questões de fato ou aspectos de índole probatória, em face de seu estrito âmbito temático (RTJ 161/992 – RTJ 186/703), ainda mais quando tais circunstâncias, como sucede na espécie, mostrarem-se condicionantes da própria resolução da controvérsia jurídica, como enfatizado no acórdão recorrido, cujo pronunciamento sobre matéria de fato reveste-se de inteira soberania (RTJ 152/612 – RTJ 153/1019 – RTJ 158/693, v.g).’ (fls. 681).

5. Acrescentou, ademais, que ‘o direito à livre expressão do pensamento, contudo, não se reveste de caráter absoluto, pois sofre limitações de natureza ética e de caráter jurídico. Os abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento, quando praticados, legitimarão, sempre ‘a posteriori’, a reação estatal aos excessos cometidos, expondo aqueles que os praticarem a sanções jurídicas, de caráter civil ou , até mesmo, de índole penal’ (fls. 683).

6. A decisão assim tomada exauriu a questão, não podendo essa Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário, examinar a condenação do embargante na parte em que lhe impôs pena, o que exigiria o exame de fatos e provas.

7. Ressalte-se que ao impor a pena privativa de liberdade ao embargante o Juiz fundamentou a sua decisão nos fatos da causa, entendendo que a medida se afigurava suficiente ao crime. A pena privativa de liberdade foi substituída por sanção restritiva de direito, sendo a sentença confirmada, nesse aspecto, em sede de apelação.

*8. Para rever esse entendimento, e alterar o acórdão, é necessário que essa Suprema Corte reexamine a causa para afirmar, mediante análise da conduta pela qual o embargante foi condenado – **exame de fatos e provas** –, que a pena de multa é suficiente para a punição do crime, não cabendo a imposição de pena privativa de liberdade.*

9. Veja-se que essa análise, além de impor o exame de fatos e provas, não é cabível em sede de recurso extraordinário pois não encerra questão constitucional.

ARE 891647 AGR-ED / SP

10. Em suma, afigura-se inviável a pretensão do embargante de, a pretexto de invocar omissão no acórdão, obter dessa Corte o reexame da sua condenação.

11. Ante o exposto, o Ministério Público Federal pede a rejeição dos embargos.” (grifei)

Em suma: a oposição de embargos de declaração, sem que se registre qualquer dos pressupostos legais de embargabilidade (CPP, art. 620), reveste-se de caráter abusivo e evidencia o intuito protelatório que anima a conduta processual da parte recorrente.

Isso significa, portanto, que o propósito de impedir a consumação do trânsito em julgado de decisão *que foi desfavorável* ao embargante – valendo-se este, para tal efeito, da utilização protelatória de embargos de declaração evidentemente incabíveis – constitui fim *que desqualifica* o comportamento processual da parte recorrente e que autoriza, em consequência, o imediato cumprimento da decisão emanada **desta Suprema Corte, tornando exequíveis, desde logo, as condenações criminais **proferidas** em instância de inferior jurisdição.**

Desse modo, a evidente ausência, no caso, dos pressupostos de embargabilidade, de um lado, e a possibilidade de iminente consumação da prescrição penal, de outro, levam-me, na linha da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive em matéria penal (como na espécie), a propor (a) a imediata devolução dos presentes autos à origem (fls. 378/387, volume 2) e (b) o pronto cumprimento da condenação penal **imposta ao ora embargante (fls. 378/387, com a modificação introduzida pelo acórdão de fls. 519/525, volume 3), considerado o teor da decisão da colenda Segunda Turma **desta** Suprema Corte (fls. 716/748), independentemente da prévia publicação do acórdão pertinente a este julgamento.**

Ressalto que, em situações extraordinárias, como a de que tratam estes autos, o Supremo Tribunal Federal, ainda que em caráter excepcional, tem admitido a imediata execução da decisão, independentemente da prévia

ARE 891647 AGR-ED / SP

publicação do respectivo acórdão (**RTJ 186/715-716**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 177.313-AgR-ED-ED/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 260.266-AgR-ED-ED/PB**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **AI 421.932-AgR-ED-ED-ED/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **ARE 674.644-AgR-ED-EDv-AgR-ED-ED/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RE 167.787-ED-EDv-AgR-ED/RR**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – **RE 179.502-ED-ED-ED/SP**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RE 190.841-ED-ED-ED/MT**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO – **RE 202.097-ED-ED-ED-AgR-EDv-ED/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*), **valendo destacar**, *a esse propósito*, **recente** decisão **do Plenário** desta Corte **também proferida em sede penal** (**RE 839.163-QO-segunda/DF**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI).

Sendo assim, *na linha dessa diretriz jurisprudencial*, **considerando o caráter procrastinatório** destes embargos de declaração, *que rejeito, e tendo em vista* os julgamentos efetuados **nesta** Corte (fls. 674/698 e 716/748), **determino a devolução** dos presentes autos ao Juízo de origem, **para imediata execução das decisões proferidas** pelo Juizado Especial Criminal da Barra Funda, comarca de São Paulo/SP (fls. 378/387) e pelo Colégio Recursal Central da comarca de São Paulo/SP (fls. 519/525 e 536/537), **independentemente** da prévia publicação do acórdão pertinente **ao presente julgamento**, **transmitindo-se, ainda, com urgência**, comunicação **desta** deliberação aos órgãos judiciários estaduais ora referidos, **em ordem a propiciar a pronta efetivação executória** das decisões por eles proferidas.

É o meu voto.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 891.647

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

EMBTE.(S) : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS AMORIM

ADV.(A/S) : MARIA ELIZABETH QUEIJO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : CARMEN DA COSTA BARROS

EMBDO.(A/S) : MERVAL SOARES PEREIRA FILHO

ADV.(A/S) : PAULO FREITAS RIBEIRO E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, rejeitou os embargos de declaração, considerando o seu caráter procrastinatório, e, **tendo em vista** os julgamentos efetuados **nesta** Corte (fls. 674/698 e 716/748), **determinou a devolução** dos presentes autos ao Juízo de origem **para imediata execução das decisões proferidas** pelo Juizado Especial Criminal da Barra Funda, comarca de São Paulo/SP (fls. 378/387), e pelo Colégio Recursal Central da comarca de São Paulo/SP (fls. 519/525 e 536/537), **independentemente** da prévia publicação do acórdão pertinente **ao presente** julgamento, **transmitindo-se, ainda, com urgência, comunicação desta** deliberação aos órgãos judiciários estaduais ora referidos, **em ordem a propiciar** a pronta efetivação executória das decisões por eles proferidas, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 6.10.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira
Secretária